



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

## **ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA (33ª) SESSÃO** **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;  
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano dois mil e treze realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Terceira (33ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 11 de outubro de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou a Vereadora Daniela Dalben Mota para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Trigesima Segunda (32ª) Sessão Ordinária, realizada em 07 de outubro de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 140, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 83/2013, datada de 30/09/2013, objeto do Ofício nº 83/2013, de igual data, “dispondo sobre permuta de área de terreno de propriedade do Município de Mogi Mirim, com área de terreno de propriedade de Natanael Pereira de Camargo”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 2. Projeto de Lei nº 141, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 86/2013, datada de 07/10/2013, objeto do Ofício nº 86/2013, de igual data, “dispondo sobre a criação da Imprensa Oficial do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme reza o Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno vigente); 3. Projeto de Lei nº 142, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 87/2013, datada de 07/10/2013, objeto do Ofício nº 87/2013, de igual data, “dispondo sobre aprovação do conjunto habitacional do Programa Minha Casa/Minha Vida”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 143, de 2013, de autoria da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “dando denominação à MMR 150, localizada ao lado do Horto Florestal, de MMR Irmãos Fernandes de Barros”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Lei nº 144, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 88/2013, datada de 10/10/2013, objeto do Ofício nº 88/2013, de igual data, “autorizando o Poder Executivo Municipal a transferir recursos financeiros, a título de auxílio, à Associação Resgate à Vida de Mogi Mirim, para o fim que especifica e determinando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 90/2013, datada de 11/10/2013, objeto do Ofício nº 90/2013, de igual data, “dispondo sobre os empregos, em comissão, no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02, de 2013, da Sra. Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “alterando a redação do inciso XXI, do Artigo 32; inciso I, do Artigo 112 e § 2º, do Artigo 114, da Lei Orgânica Municipal – LOM de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 8. Balancete Contábil e Relatórios da Receita e Despesa Mensal da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de setembro de 2013”; (à Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 83, 86, 87, 88/2013 o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 140, 141, 142, 144/2013 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 652, 662, 663, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre o destino da quantia arrecadada com honorários advocatícios dos inúmeros acordos realizados com o REFIS de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a falta das



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

tiras reagentes para aparelhos de glicemia em todas as UBSs de Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a possibilidade do Poder Executivo conceder isenção de IPTU aos moradores do Parque das Laranjeiras, até que as obras de infraestrutura estejam concluídas”; nºs 653, 656 e 671, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, respectivamente, “seja oficiada a direção da Viação Santa Cruz S/A, para que realize estudos, visando o retorno do ponto de ônibus, localizado na Praça Barão do Rio Branco”, “seja oficiada a Presidência da Associação Comercial – ACIMM, para que informe se a Rua Padre Roque receberá, ainda neste ano, decoração natalina em toda a sua extensão” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, para que informem se será decretado Ponto Facultativo no próximo dia 28 de outubro, Dia do Funcionário Público, nos órgãos integrantes da administração direta e indireta”; nº 654, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiada a direção da Elektro S/A, concessionária de energia, para que efetue poda de árvores, localizadas na Rua Maria Milano Bonaldo, no Jardim Sbeghen”; nº 657, 658, 659, de 2013, do Sr. Vereador Manoel E. P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe se existe previsão de contratação de novos Guardas Municipais, para o ano de 2014”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe se há previsão de abertura de concurso público, para contratação de Bombeiros Municipais, para o ano de 2014” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe pedido exposto na Indicação nº 729/2013, de 26/08/2013, sobre sinalização de solo na Avenida Ariovaldo Silveira Franco”; nº 661, de 2013, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiada Mesa da Câmara, para que seja convidado do Sr. Norival Donizete Pazzeto, Veterinário da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Gerência de Agricultura, da Secretaria de Gestão Ambiental, para que compareça na Câmara, no dia 28 de outubro, com o intuito de fazer conhecer as atividades laborais que o funcionário desenvolve, no âmbito da administração municipal”; n°s 664 e 665, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia C. C. Nogueira, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que através da Secretaria Municipal de Saúde, justifique despesas, que estão em desacordo com as finalidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CONSAUDE, informando ainda, o valor contratado, total e unitário, de cada procedimento, tais como, coleta de Papanicolau; Eletrocardiograma; laudo para ECG, pequena cirurgia e retirada de cerúmen, comparando-os com o valor da Tabela SUS, identificando quais empresas, ou técnicos realizaram os serviços” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que remeta à Casa cópia do Projeto de Macrodrenagem da Zona Norte”; n°s 666 e 667, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando o pedido exposto no Requerimento n° 552/2013, que requereu esclarecimentos da Secretaria de Meio Ambiente e da CETESB, sobre descarga de agentes poluentes no Rio Mogi Mirim” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe a respeito de contratação, Pela Prefeitura, de empresa de assessoramento jurídico”; n° 668, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe relatório do número de furtos de veículos, ocorridos nas proximidades das creches e escolas municipais”; n°s 669 e 670, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que forneça cópia do contrato firmado entre a Prefeitura Municipal e a Empresa Angá, fornecedora da merenda escolar de Mogi Mirim” e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que forneça cópias mensais dos cardápios da merenda oferecida nas escolas municipais, estaduais e CEMPIs”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: n.ºs. 867, 868, 878, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “pintura da caixa d’água da Praça Chico Mendes, no Jardim do Lago”, “colocação de placas de ‘Pare’ e sinalização de solo no cruzamento da Rua Campo Grande com a Rua dos Ferroviários” e “operação ‘tapa buracos’ no final da Avenida Brasil”; n.º 869, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, “controle de pragas no Residencial do Bosque”; n.ºs 870, 871, 877 e 880, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, respectivamente, “estudos, para uma campanha educativa, no sentido de conscientizar motoristas e pedestres dos direitos e deveres de ambos”, “pintura de sinalização de solo – embarque/desembarque de alunos, em frente à escola Lápis Mágico, na Rua Paulo César Campos Lovo, bem como estudos para implantação da faixa de pedestres no mesmo local”, “estudos, para que seja viabilizada subvenção para a ONG Associação Vida Protetora dos Animais” e “estudos, para que sejam estabelecidos convênios com Clínicas Veterinárias, para atendimento de urgência/emergência de animais vítimas de maus tratos e crueldade”; n.ºs 872, 873, 874, 875, 876, 885 e 889, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “limpeza na área verde, localizada na Rua Kamakam, no Bairro Mogi Mirim II, bem como em todas as outras áreas verdes e institucionais do bairro e arredores”, “limpeza e reparos nas bocas de lobo existentes na zona norte da cidade”, “limpeza nas margens e manutenção na Estrada do Boa”, “operação ‘tapa buracos’ na Rua Silvestre Alves de Oliveira, no Jardim Sbeghen”, “operação ‘tapa buracos’ na Rua João Baron, no Jardim do Lago”, “estudos, para elaboração de um plano emergencial de segurança, a ser aplicado nas proximidades de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

creches e escolas municipais” e “estudos, para demarcação de estacionamento em 45º, nas proximidades da escola Dona Sinhazinha, na Avenida Brasília”; nº 879, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, respectivamente, “substituição das placas de publicidade do Governo Municipal por árvores”; nºs 882, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “iluminação para a caixa d’água, reservatório do Jardim Paulista”; nº 884, de 2013, do Sr. Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, sugerindo, “investigação, por parte da Secretaria de Gestão Ambiental, sobre supressão de exemplares, em área de preservação permanente”; nºs 886, 887, 890, 891, de 2013, do Sr. Vereador Luiz Antonio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “instalação de iluminação pública no final da Rua Antonio Bigelli, trecho não pavimentado, no Jardim Silvânia”, “fechamento de buracos, existentes em toda a extensão da Avenida Jacareí, no Bairro Mirante”, “fechamento de buracos, existentes em toda a extensão da Rua Madre Cândida Maria de Jesus, centro da cidade”, “colocação de cascalho no final da Rua Antonio Bigelli, entre o condomínio Sylvia Matta Araújo e o Centro de Convivência Infantil – CCI, no Jardim Silvânia”; nºs 892, 893, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, “diminuição do diâmetro da da rotatória, situada na Rua Pedro Teruel, no Bairro Maria Beatriz” e “implantação de retorno na estrada interna Mogi Mirim/Mogi Guaçu”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): nºs 155 e 156, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, propondo, respectivamente, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo passamento da senhora Dizolina Granzieira – Dona Zula, ocorrido em 1º de outubro último” e “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de congratulações e aplausos para com todos os professores das redes Estadual, Municipal e Particular de ensino, pelo transcurso do Dia do Professor, em 15 de outubro”; nº 157, de 2013, do Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos votos de profundo pesar pelo passamento do senhor Celso Valentim Guarnieri”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios s/nº e nºs. 1096, 1097, 1098, 1099, 1100, 1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108, datados de 02, 03, 08 de outubro de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 799/2013; Indicação nº 632/2013; Indicação nº 773/2013; Indicação nº 699/2013; Indicação nº 826/2013; Indicação nº 787/2013; Indicação nº 805/2013; Indicação nº 758/2013; Indicação nº 814/2013; Indicação nº 827/2013; Requerimento nº 599/2013; Requerimento nº 490/2013; Requerimento nº 612/2013, todos desta Edilidade”; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Telegramas referências: nºs. 013416, 013637, 013936, 014680, 015297, 036675, 002939, 002283, 023574, 031868, 005204, 005910, de 2013, datados de 1º e 08 de outubro do corrente, subscritos pela Secretaria Executiva do Fundo Nacional da Saúde do Ministério da Saúde, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Primeiramente, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira. Esta versou a respeito do projeto de lei complementar, dispendo sobre os empregos, em comissão, no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim, com o novo organograma administrativo, lido na presente sessão e encaminhado às Comissões Permanentes. A Vereadora disse que o projeto com o novo organograma vinha após liminar deferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em razão de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIM, que havia sido impetrada contra o organograma que estava em vigor. Ela alertou a todos, para que o novo projeto pudesse receber algumas mudanças, a fim de torná-lo mais aceitável diante da



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Justiça, Poder que havia determinado a destituição dos cargos, porque a própria Mensagem anexa à matéria, subscrita pelo Prefeito, colocava que havia sido necessária a mudança de nomenclatura de alguns cargos, em comissão, e que isto, na opinião da Edil, não passava de uma maquiagem, para tornar o projeto legal, sem alteração de seu âmago. A Vereadora explicou que a Justiça estava observando; que o atual projeto de lei complementar não revogava o anexo I da Lei nº 267/2013, mantendo os cargos em comissão, tais como o de Auditor e os de Gerentes, em livre nomeação, apesar de já suspensos pela liminar do TJ, quando a Justiça apontava que tais cargos deveriam ser preenchidos por funcionários de carreira; que o Prefeito aproveitava da confusão política, que se formava no momento atual, para aumentar de setenta e oito, para cento e trinta e um os cargos em comissão; que o projeto aumentava o salário do Auditor, do Ouvidor e do Subprefeito de Martim Francisco muito além de mil reais, diminuindo um pouco o valor do salário de outros cargos; que a matéria aumentava a despesa, com cargos em comissão, de trezentos e dez mil reais, para quatrocentos e trinta e sete mil reais/mês, ou seja, cento e vinte e sete mil reais/mês a mais, ou um milhão e meio por ano; que se aprovado, como se apresentava, o projeto poderia trazer novos e sérios problemas para o Prefeito, bem como para o Presidente da Câmara, que também tinha sido arrolado como réu, pela Justiça; que ela, oradora, queria apenas colocar os aspectos por ela levantados, para que fossem revistos, a fim de que a Câmara não incorresse em erro, novamente, que todo o trâmite chegaria ao conhecimento do Promotor e do Tribunal de Justiça e que, o Prefeito não tinha dinheiro para muita coisa, mas para aumentar a despesa com seus comissionados ele tinha. Por fim, citou o Artigo 29 da Constituição Federal e pediu a todos os Vereadores que observassem a Lei Orgânica do Município, a Constituição Federal e a Estadual. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que abordou requerimento por ele apresentado, solicitando do Prefeito, que concedesse isenção de IPTU aos moradores do Parque das



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Laranjeiras, até que as obras de infraestrutura do bairro estivessem concluídas. “Eu acredito que a Prefeitura poderia ‘olhar com bons olhos’ e efetuar um levantamento, para que se constate se o morador é proprietário de um único imóvel e, se constatado, enquanto o bairro não tiver a sua infraestrutura completa, proponho que a Prefeitura veja a possibilidade de isentar o IPTU deste proprietário”, explicou, concluindo sua participação. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, também abordando a questão do novo organograma, da nova reestruturação administrativa remetida pelo Prefeito, perguntando, diretamente, ao Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, se os funcionários nomeados para os cargos, em comissão, já haviam sido exonerados, porque ela não tinha visto qualquer portaria neste sentido e desejava saber se a Câmara, oficialmente, havia sido comunicada, haja vista que antes da análise de um novo organograma era necessário saber se as exonerações tinham, de fato, acontecido. O Presidente afirmou que responderia à Vereadora mais tarde e ela prosseguiu, em seu discurso, dizendo que o projeto vinha para mudar a situação administrativa da cidade e mesmo assim, a Câmara não havia sido comunicada e não tinha conhecimento; que a Câmara deveria ser oficialmente comunicada; que ela tinha lido todas as correspondências recebidas, que a liminar não se encontrava nesse rol e que, se ninguém tinha sido exonerado, se não tinha sido expedida portaria, não havia o porquê votar o novo projeto. “A Câmara não faz mais parte de nada mesmo, o Poder Legislativo não acompanha a vida do Poder Executivo”, pontuou, concluindo. Como o próximo orador inscrito, Vereadora Dayane Amaro Costa, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que também comentou o novo organograma, enviado pelo Prefeito e lido na presente sessão. Este acalmou os funcionários comissionados presentes nas galerias da Câmara, afirmou que estava lendo o projeto e que estudaria a matéria; que numa primeira análise, acreditava fosse um bom projeto; que o item discordante era o aumento



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

salarial proposto para certos cargos, tais como o de Subprefeito do Distrito de Martim Francisco, e que, portanto, apresentaria emenda à matéria; que o projeto tinha algumas deficiências, mas que os comissionados eram pessoas trabalhadoras e capazes e que, as mudanças propostas para o novo organograma viriam para adequar à questão, da melhor forma possível. Agradeceu e encerrou sua fala. Ainda no uso da palavra no “Expediente”, ocupou a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires, mais um a comentar o projeto do novo organograma, para cargos comissionados, da Prefeitura Municipal. Ele afirmou que o dia da discussão da matéria seria a quarta-feira próxima, durante a sessão extraordinária, que seria convocada, bem como parabenizou a Vereadora Luzia Cristina Nogueira, pela preocupação demonstrada para com o futuro do Prefeito Gustavo Stupp, e afirmou que ela assim agia, porque não deseja ver acontecer com Gustavo Stupp, o que ocorrera, no passado, com o seu marido, o ex-prefeito Paulo Silva, que ficara inelegível por oito anos. Lembrou que também o ex-prefeito Carlos Nelson Bueno, que respondia processo na Justiça, havia sido alertado pela Vereadora Márcia Róttoli Masotti, à época do seu organograma, e instou todos os Vereadores para que tivessem plena atenção às votações, que estavam ocorrendo na Câmara Municipal, para que ‘ninguém fosse pego de surpresa’. Mudando de assunto, o Vereador adiantou a discussão do Parecer Desfavorável da Comissão de Justiça e Redação – CJR ao projeto de sua autoria, constante da pauta da “Ordem do Dia”, que propunha a implantação do Restaurante Um Real. “Meu projeto para o Restaurante Um Real recebeu parecer desfavorável da CRJ e eu peço, que derrubem o parecer desfavorável, a fim de que o restaurante seja uma realidade também aqui, em Mogi Mirim, porque o restaurante já existe em outras cidades do país, tais como Mirassol, Guarulhos, Teresópolis, entre outras”, explicou Vereador, ao mesmo tempo em que aclarou, que não se tratava do Restaurante Bom Prato, também ao valor de um real, implantado nas cidades com população acima de cem mil habitantes, através de um programa do Governo de São Paulo,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

mas sim do projeto Restaurante Um Real. “Não é o Restaurante Bom Prato, mas o Restaurante Um Real, que eu acredito possa ser implantado em parceria com o projeto do Banco de Alimentos, da Secretaria de Gestão Ambiental”, frisou. Por fim, solicitou apoio para outros projetos de sua autoria, em trâmite pelas comissões da Casa, tais como a obrigatoriedade, para o proprietário, de coletar o lixo deixado por cães e gatos; o Cidade Limpa, que visava conscientizar a população sobre a importância de colaborar na limpeza da cidade; e a fiscalização noturna, proposta para coibir descartes de lixo feitos durante as madrugadas. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que discursou sobre o novo organograma da Prefeitura Municipal. Esta declarou que se tudo corresse bem, o novo organograma seria votado, em primeiro turno, numa sessão extraordinária, agendada para a próxima quarta-feira, evitando, assim, que os comissionados ficassem sem os respectivos empregos, despreocupando a todos e garantindo que os funcionários não ficariam desamparados. Com relação à preocupação exposta pelos Vereadores da oposição, a Vereadora respondeu à Vereadora Luzia Cristina, dizendo que a Vereadora do PSB, ao invés de tachar o projeto como maquiagem, deveria, antes, estudar melhor o plano, porque chamar o Prefeito de marqueteiro era algo que ela, Vereadora, até concordava, todavia, rotular o plano, taxando-o de maquiagem, era inadmissível, porque o Prefeito trabalhava seriamente. “O Prefeito é um jovem de vinte e nove anos, que tem toda a carreira política pela frente, portanto, ele não deseja ficar inelegível e este projeto é sério, baseado judicialmente, não foi feito de qualquer forma, mas, infelizmente, algumas vezes o Ministério Público encontra detalhes que passaram despercebidos, que não percebemos, e até pode ser, no final de todo este trâmite, que o julgamento seja favorável à base de Governo”, elucidou. Respondendo à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que indagara se a Câmara havia sido comunicada e os comissionados já exonerados, a Edil do PR disse que não era necessária tal preocupação, porque um



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

projeto de lei, ao ser votado, anulava a lei anterior, mas sugeriu à Vereadora do PSDB, que se preocupasse em estudar o projeto para votá-lo na quarta-feira e lembrou a todos, que qualquer vereador poderia apresentar emendas à matéria. “O Vereador tem o direito de emendar a peça, então, sugiro que apresentem emendas e defendam a ideia, em Plenário, com fundamento, com argumentos fortes, mostrando onde está o erro do Chefe do Executivo, propostas que convençam os colegas, para aprovação de suas emendas”, aclarou. “E nós, Poder Legislativo, não temos que nos preocupar se o Prefeito exonerou, ou não alguém do cargo, porque isso é prerrogativa dele, portanto, nós precisamos nos preocupar em estudar o projeto”, frisou. A Vereadora prosseguiu, salientando que muitas pessoas estavam sem emprego, respectivas famílias sem amparo, tratando-se de vidas humanas, pois os funcionários comissionados, que haviam sido exonerados, somavam cerca de setenta famílias. “Vejam quantas pessoas estão aqui, sem saber se têm emprego, ou não, se a família terá amparo, ou não, e são vidas humanas, pois mexeram com muitas famílias, portanto, temos que ir devagar com o ritmo, porque oposição é uma coisa, prejudicar mogimirianos é outra”, destacou. “Nesta Câmara temos Vereadores engajados neste mesmo projeto, do novo organograma, junto com o Governo do Prefeito Gustavo Stupp, e na quarta-feira, vamos debater a matéria, aqui, em Plenário, com argumentos fortes, para debatê-la e a aprovar”, disse, encerando seu discurso. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que teceu comentários a respeito da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça, a qual determinava a exoneração dos funcionários comissionados da Prefeitura Municipal. O Vereador salientou que tal fato afetava os funcionários comissionados, bem como o trabalho por eles realizado; que era inquestionável, que todos perdiam com a determinação da Justiça; que os de bom senso se recordariam, de que tudo isso poderia ter sido evitado; que ‘bater na mesa’, para resolver a questão com rapidez, era coisa que não adiantava, já estava provado, mas parecia que alguns



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

não tinham se conscientizado disso ainda e que, prudência e caldo de galinha não faziam mal a ninguém. “Precisamos parar, analisar o que está sendo proposto, para que possamos enxergar à frente, pois quem olha para o próprio umbigo não sabe o que faz e muito menos aonde quer chegar e eu acredito que a grande maioria dos Vereadores, saiba aonde quer chegar e onde o Município precisa chegar”, acrescentou. “Também defendo os funcionários comissionados, aqui presentes, muitos deles meus amigos pessoais, mas tudo tem que ser feito com critério, organização e administração e, se assim tivesse sido feito, há seis meses, talvez não estivéssemos passando por este momento tão crítico e delicado, portanto, espero que o acontecido sirva de lição para todos nós, principalmente, para o Poder Executivo”, frisou o Vereador, ao mesmo tempo em que disse não ver obstáculos à realização da sessão extraordinária, prevista para a próxima quarta-feira. “Vamos discutir, se necessário faremos a sessão extraordinária, sem problemas, e vamos aprovar aquilo que for bom para os funcionários, para todos nós e, principalmente, para o Município, porque é este o trabalho que desenvolvemos aqui”, acentuou. Prosseguindo em seu discurso, o Vereador comentou as proposituras que apresentou, especificamente, a que solicitou cópia do contrato e dos cardápios da merenda escolar, assunto que preocupava e muito o Vereador, pois, se a merenda estava superfaturada há alguns meses, pensava em como estaria sendo faturada agora, razão pela qual havia requerido o exposto, porque o assunto deveria ser analisado com critério. Comentou também indicações para fechamento de buracos, em várias ruas da cidade, bem como relatou que estivera em reunião com Beatriz Gardinalli, Gerente de Trânsito e Transporte, conversando sobre possíveis mudanças no trânsito da Rua Monsenhor Nora, centro da cidade. “A Sra. Beatriz Gardinalli me apresentou o projeto e acredito que será bom para o entorno da Santa Casa e adjacências e eu conversei também, com a Diretora da EE Monsenhor Nora, porque há a sugestão de retirada do canteiro central da via, e a diretora apoia a ideia”, aclarou o Edil do PT, finalizando sua



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que informou à Casa sua agenda para o dia 22 de outubro, ou seja, uma viagem à Brasília, para reunião com o Deputado Federal Gabriel Chalita, PMDB/SP, visando a reivindicação de algumas verbas para a cidade, principalmente, para a Santa Casa de Misericórdia e para o campo de futebol ‘Tucurinha’, localizado no Bairro Tucura, que estava abandonado há muito tempo. Também comunicou agenda na mesma data, em Brasília, para reunião com o Vice-presidente da República, Michel Temer, PMDB, também para tratativa de verbas, em benefício de Mogi Mirim. Com relação ao projeto de reestruturação da Prefeitura, o Vereador comentou que, se todos os cargos em comissão fossem preenchidos, realmente, haveria um aumento da Folha de Pagamento, mas que ele tinha plena certeza de que Prefeito Gustavo Stupp, um moço novo e inteligente, não gostaria de ficar inelegível, como havia comentado a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Disse ainda que, com a redução do salário dos Gerentes e Secretários, proposta no novo organograma, a Prefeitura Municipal iria reduzir a Folha em quatrocentos mil reais/ano e que, todos os Vereadores teriam plenas condições de estudar a matéria até a quarta-feira próxima, quando o novo organograma seria apreciado, em Plenário. Dirigindo-se ao Vereador Luiz Guarnieri, o Vereador ponderou que, se o Prefeito tinha remetido o novo projeto de lei complementar, evidentemente, era porque havia reconhecido os erros expostos no projeto anterior e o Vereador do PT, poderia, então, desta vez, ter a oportunidade de votar favoravelmente à matéria, favoravelmente às pessoas que estavam presentes às galerias da Câmara, que tinham famílias e contavam com o salário mensal para sustentá-las. “Espero que vocês estudem o projeto e, realmente, as pessoas que votaram contra, da vez anterior, terão a chance de mudar o voto, para favorável, para que estas pessoas que estão aqui, possam voltar a trabalhar pela cidade e cuidar de suas famílias, com dignidade”, expôs o Edil do PMDB, encerrando sua fala. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Setoguchi, comentando suas indicações, especificamente, operação ‘tapa buracos’ para a Avenida Brasil, porque a condição da via estava causando muitos transtornos. O Vereador também abordou a questão do projeto de lei complementar de adequação dos cargos, em comissão, afirmando que, anteriormente, a Prefeitura possuía setenta e oito cargos, em comissão, e que, pelo novo projeto, o número de cargos passaria para cento e trinta e dois, portanto, haveria um aumento de quarenta e um por cento, na Folha de Pagamento. “Gostaria que este projeto fosse bem estudado, para que seja possível encontrar uma boa solução”, citou, concluindo sua participação. Como o próximo orador inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, fez uso da mesma o Vereador Cinoê Duzo. Este discursou a respeito do Dia do Professor, efeméride de 15 de outubro, salientando que ele era professor da Rede Estadual há mais de vinte anos; que sua primeira professora havia sido a Sra. Luzia Heyden; que Mogi Mirim era cidade de excelentes e célebres professores, tais como, Benjamin Quintino da Silva, Norma Khrol, Antonio Cavenaghi, Eva e Flávio Citelli, dentre outros; que o momento era de alegria pela data, mas ao mesmo tempo, momento triste pelas atuais condições da profissão, em razão da violência dentro das escolas e do desrespeito ao mestre; que ninguém estaria formado se não fosse o professor, que os professores eram verdadeiros heróis, porque estavam ‘na linha de frente’, sem coletes à prova de balas” e, ainda, por fim, solicitou fosse guardado um respeitoso Minuto de Silêncio, em protesto à atual situação da educação e da profissão de professor no Brasil, o que foi concedido pelo Presidente, por um minuto, permanecendo todos os Edis em pé. Como o próximo orador, Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, desistisse da palavra, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto que, primeiramente, dirigiu-



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

se à Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, relatando que ele, orador, tinha sido oposição a Carlos Nelson Bueno, mas que nunca havia criado problemas para funcionários públicos, fossem eles de carreira, ou cargos em comissão, pois sempre defendera a classe, e tinha a sensibilidade de se colocar no lugar dos que estavam afastados e passavam preocupação pelos empregos. Respondendo à pergunta formulada pela Vereadora, a respeito das exonerações, se tinham de fato ocorrido, ou não, informou que o Poder Executivo estava confeccionando o relatório de exonerações, prerrogativa daquele Poder, e que, por direito, poderia apresentá-lo retroativo, agindo corretamente. Prosseguiu, destacando que o projeto de lei complementar do novo organograma tinha sido lido na presente sessão, encaminhado às Comissões Permanentes e que, o mesmo seria apreciado em sessão extraordinária, para que os funcionários comissionados, pais de família, com contas a pagar, ficassem amparados. “Eu me entristeço e muito em ver que a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros não tem mostrado sensibilidade humana para com as pessoas, querendo colocar barreiras, que ela bem sabe não são verdadeiras, apenas para dificultar a apreciação do projeto, para complicar a vida das pessoas, porque, aqui, a função do Vereador é a de tentar resolver o problema e não a de criar dificuldades e obstáculos e, se não tivermos sensibilidade com os nossos próprios funcionários, com quem vamos ter”, indagou, por fim, o Vereador Benedito José do Couto, encerando seu discurso e retomando a direção dos trabalhos. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que veio para replicar as críticas que recebeu, salientando que havia sido eleita pelo povo, por quatro anos, portanto, era Vereadora e, como Vereadora, seu papel era o da fiscalização das atitudes do Poder Executivo, se as ações da administração estavam em acordo e respeitavam as Constituições Federal e Estadual, lembrando, igualmente, que a ação havia sido julgada não por ela, mas pela própria Justiça, que havia dado o seu veredicto e ela respeitava tal decisão jurídica, assim como



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

todo cidadão. “Uma liminar, concedida pela Justiça, tem força e pessoas, que antes acreditavam que iriam fazer e acontecer, a exemplo do que ocorreu na cidade de Campinas, acabaram se dando mal, pela Justiça, e continuo lembrando, que o meu papel aqui, é o de alertar, assim como bem alertamos no passado, quando fornecemos até os artigos da CF/88, os quais não estavam sendo respeitados no projeto anterior, mas, infelizmente, não fomos ouvidos, logo, o problema não é nosso, é do Poder Executivo, que poderia ter recolhido a peça e feito as emendas que sugeríamos”, aclarou a Edil do PSB. A seguir, a Vereadora procedeu à leitura da íntegra da liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, relator Dr. Péricles Piza, especificamente o trecho em que se lê, “defiro a medida liminar, ficando suspensos os efeitos do artigo 53, da Lei Complementar nº 267/2013, do Município de Mogi Mirim, e das expressões Gerente, Assessor de Gerência, Assessor do Executivo, Auditor, Ouvidor do anexo I, da Lei Complementar nº 267/2013, do Município de Mogi Mirim, a partir desta data e até o julgamento final desta ação direta de inconstitucionalidade (...) requisitem-se as informações à Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal”. “Enfim, eu torno a alertar e eu não tenho nada contra qualquer um que seja, sou funcionária, não estou contra, estou a favor, apenas coloco e lembro que, se isto for julgado procedente, os funcionários comissionados poderão, amanhã, ou depois, serem convidados a devolver os salários pagos, desde o início do ano de 2013, pois já vi isto ocorrer no Brasil, inclusive, com multas para o Chefe do Executivo e para o Presidente da Câmara”, destacou a Edil do PSB, concluindo seu discurso. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, passando a mesma à sua liderada, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que retornou, para treplicar, dizendo que se os funcionários estavam sem salários, se havia uma nova estrutura administrativa e a proposta de alterações, a responsabilidade cabia ao Presidente da Câmara e ao Prefeito Municipal, conforme rezava a liminar do Tribunal de Justiça, pois ambos eram réus na ação. “Eu também sou sensível,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

porque eu sei que o Prefeito, para dois mil e quinhentos funcionários da Prefeitura, concedeu apenas seis por cento de aumento, divididos em duas parcelas, então, pergunto: quem está pensando no povo?”, inquiriu a Vereadora. A Edil do PSDB disse ainda, que tinha bastante juízo e responsabilidade; que a matéria, com o novo organograma, tinha chegado na Casa, na sexta-feira, às 16 horas, contendo uma reestruturação administrativa, para os funcionários comissionados, cuja proposta trazia a mesma função para todas as assessorias; que ela havia lido a matéria durante o final de semana, que embora não parecesse, ela estava defendendo os funcionários presentes, porque temia que, passados dois meses, o salário desses fosse suspenso novamente e que, não estava lutando contra o novo organograma, mas apenas tinha preocupação de que o projeto de lei complementar fosse bem avaliado e estudado, pela Câmara Municipal. Solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que fez um desabafo. “Quero desabafar em relação à votação do primeiro organograma, que ocorreu no início do ano, para o qual votei favorável, porque sábado último, em razão dessas discussões, fui chamado de sem vergonha e quase apanhei na sede do meu partido, o PT, quando já expliquei, anteriormente, sobre o aumento em duas vezes, que, ou se votava favorável, ou não se teria salário algum, e eu conversei com o Presidente do Sindicato e com os funcionários, votando com consciência de fazer o correto, mesmo sabendo que o aumento era insuficiente”, relatou o orador. O Vereador empenhou seu voto favorável aos funcionários presentes; disse que tinha conhecimento da melhora na prestação dos serviços públicos, em vários setores da administração, que apresentaria emenda à matéria e discorreu sobre outro assunto, retornando à sucessão interna de seu partido, o PT, comunicando que era candidato e expondo o seu ponto de vista. “Não sei o que está ocorrendo lá dentro, na disputa interna do PT, porque o atual Presidente, Ernani Gragnanello, pressiona os integrantes da minha chapa à renúncia, pois ele não quer que haja disputa no partido, e eu quase apanhei



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

também por este motivo e pergunto, para que isso, quando sabemos que o PT é partido democrático e todos têm direito de concordar, ou discordar e, portanto, faço a denúncia de que o Presidente do PT está pressionando as pessoas, que integram minha chapa, para que desistam de concorrer e digo ainda, que eu não tenho receio algum de ameaças, só quero tornar o fato público, porque não sou safado, não sou sem vergonha e estou na política, porque gosto”, destacou o Edil, finalizando. Na sequência, solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves que, de início, mencionou a fala da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, afirmando que ficara feliz em saber que ela estava sensível e meditando, preocupada, a respeito do problema dos funcionários, ocupantes de cargos em comissão, presentes às galerias, mesmo porque ele se lembrava que ela havia votado, contrariamente, ao aumento salarial da categoria. “Alguns comissionados estão rindo, acham que não é verdade, mas eu quero acreditar que a senhora está falando a verdade e que, até a quarta-feira, a senhora e os demais Vereadores, que estão preocupados, estudarão, farão emendas e terão a chance de votar, favoravelmente, a este novo organograma”, colocou. O Vereador, para concluir, demonstrou estranheza diante das atitudes da Vereadora, afirmando que ela estava com implicância para com o Presidente Benedito José do Couto, em todas as segundas-feiras, pois, se ela sabia que os funcionários estavam sem salário, por que tinha perguntado se estavam exonerados, afinal. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, deu ciência à Casa, através de sua leitura, dos *Editais de Convocação n.ºs. 09 (nove) e 10 (dez), de 2013, de Sessão Extraordinária, para o dia 16 de outubro do corrente, às 18h30, para apreciação, na primeira extraordinária, da seguinte matéria: EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. PARECER DESFAVORÁVEL da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 140, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre permuta de área de*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

terreno de propriedade do Município de Mogi Mirim, com áreas de terreno de propriedade de Natanael Pereira de Camargo”; **2. Projeto de Lei nº 141, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação da Imprensa Oficial do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”; **3. Projeto de Lei nº 142, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre aprovação do conjunto habitacional do programa denominado “Minha Casa, Minha Vida”; EM PRIMEIRO TURNO: “**ex-vi**” **do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 4. Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre os empregos, em comissão, no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim”; e, para apreciação, na segunda extraordinária, da seguinte matéria: EM SEGUNDO TURNO: “**ex-vi**” **do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei Complementar nº 13, de 2013**, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre os empregos em comissão no âmbito da Prefeitura de Mogi Mirim”, ficando, pois, todos os Vereadores **CONVOCADOS**. Posto isto, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h07, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa, o que segue: EM TURNO ÚNICO: “**ex-vi**” **do disposto no § 1º, inciso III, do Artigo 171, do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 132, de 2013**, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “dando denominação à MMR – 53/048, localizada no Bairro Macuco, de Estrada Municipal ROSALIA TIRAPELLE GUARNIERI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 132/2013, do Vereador Laércio Rocha Pires); (à sanção do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Senhor Prefeito Municipal); **2. Projeto de Lei nº 134, de 2013**, de autoria da Vereadora Dayane Amaro Costa, “dando denominação à Estrada Rural MMR – 084/001, localizada no Bairro dos Alves, próximo à represa da Cachoeira de Cima, de Estrada Rural ANDRÉ RICARDO OLIVEIRA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (colocado a votos em Sessão de hoje, Turno Único, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 134/2013, da Vereadora Dayane Amaro Costa); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 3. Projeto de Lei nº 110, de 2013**, de autoria do Vereador Waldemar Marcurio Filho, “dispondo sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais, hotéis, motéis, casas noturnas e similares de anexar aviso, em local visível, sobre os crimes praticados contra crianças e adolescentes, bem como suas penas, e dando outras providências”; (submetido a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 110/2013, do Vereador Waldemar Marcurio Filho); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 4. PARECER DESFAVORÁVEL** da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 127, de 2013 de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “dispondo sobre a criação do PROGRAMA RESTAURANTE POPULAR”. Para discutir o projeto, fez uso da palavra o autor, Vereador Laércio Rocha Pires. Este defendeu seu projeto, salientando que não se tratava do Restaurante Bom Prato, programa do Governo Estado, dirigido para cidades com população acima de cem mil habitantes, mas sim do Restaurante Um Real, programa que já funcionava em várias cidades do Brasil; que o Restaurante Um Real poderia ser um projeto aliado ao Banco de Alimentos, não sendo difícil para a Prefeitura implantá-lo, através da Secretaria de Gestão Ambiental; que o Restaurante Um Real beneficiaria funcionários públicos e demais trabalhadores, que o parecer desfavorável da Comissão de Justiça era um parecer técnico,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

não abrangendo o grande benefício social da proposta e que, o voto, ao contrário, era político. “O voto é político e assim como o Prefeito fez no passado, quando era Vereador, vamos usar o exemplo e fazer valer a proposta, portanto, peço que votem comigo e derrubem o parecer, ajudando os cidadãos mogimirianos, bem como a população que trabalha, pessoas que precisam ter um pouco de conforto e economia em suas vidas”, pontuou, para encerrar. Usou da palavra, na sequência, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que manifestou apoio ao Vereador Laércio Rocha Pires, apesar de não desmerecer o parecer desfavorável da CJR, mas embasado no valor social da matéria, destacando que o benefício seria muito grande e que, o restaurante atenderia uma grande quantidade de munícipes mogimirianos e não só os de baixa renda, mas também as classes mais abastadas e, finalizando, empenhou seu voto, contrário ao parecer desfavorável. Na sequência, defendeu o parecer o Presidente da Comissão de Justiça e Redação, Vereador Leonardo David Zaniboni, que leu o inteiro teor do parecer desfavorável e apontou a inconstitucionalidade do vício de iniciativa. “Eu, por mim mesmo, autorizo a contratar médicos, professores, cortar a grama; autorizo tapar todos os buracos da cidade, a contratar e aumentar salários da Guarda Municipal e autorizo tudo o que for bom para a cidade, todavia, enquanto Presidente da Comissão de Justiça e Redação desta Câmara, relato que o parecer está de acordo com as normas constitucionais, portanto, desfavorável à matéria”, disse, concluindo. Na continuidade, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, que manifestou apoio ao Vereador Laércio Pires, colocando que votaria contrariamente ao parecer desfavorável, porque a ideia era ótima, contudo, alertando o autor de que, talvez, sua proposta fosse aprovada, mas não aplicada pela administração, assim como ocorrera com um seu projeto, sobre asfalto ecológico, que fora aprovado, tornara-se lei municipal, mas nunca fora efetivado na cidade. Também teceu comentários sobre a matéria o Vereador Cinoê Duzo, lembrando ao autor, Vereador Laércio Pires, que ambos, no



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

passado, haviam pertencido ao mesmo partido, o PPS, mas que isto não fora suficiente para fazê-lo votar, favoravelmente, aos projetos de iniciativa do orador, mesmo eles contendo alto teor social, para o benefício comunitário, e que, agora, a situação tinha se invertido e quem pedia apoio a uma causa era o Vereador Laércio Pires. “Mesmo em partidos diferentes, dirijo-me respeitosamente a Vossa Excelência e comunico que a Bancada do PSD, com assento nesta Casa, de comum acordo, antecipa o voto, contrário ao parecer desfavorável, não pela vaidade da autoria, mas pela importância que o projeto tem para a cidade”, encerrou o Vereador; (posto a votos em Sessão de hoje, Segundo (2º) Turno, a Casa rejeitou, por doze (12) votos favoráveis a quatro (04) votos contrários, o Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 127/2013, do Vereador Laércio Rocha Pires); (encaminhe-se à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos do Artigo 55, § 4º do Regimento Interno); **5. Projeto de Lei nº 126, de 2013**, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “obrigando donos de cães a recolherem as fezes dos seus animais de estimação nas vias e logradouros públicos”. Parecer das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (posto a votos em Sessão de hoje, Primeiro (1º) Turno, a Casa aprovou, unanimemente, o Projeto de Lei nº 126/2013, do Vereador Laércio Rocha Pires); (à “Ordem do Dia” da próxima sessão, para ser apreciado em Segundo (2º) Turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "EXPLICACÃO PESSOAL", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Ocupou a tribuna a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, para versar a respeito do Requerimento nº 664/2013, de sua autoria, que requereu do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, informações e a justificativa das despesas efetuadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde ‘8 de Abril’ – CONSAUDE, as quais estavam em desacordo com as finalidades do mesmo, e ainda, solicitando o valor



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

contratado, total e unitário, de cada procedimento, comparando-os com o valor da Tabela SUS, identificando quais empresas, ou técnicos realizaram os serviços. Para explicar suas intenções, a Vereadora procedeu à leitura do requerimento, elencando as despesas da cidade de Mogi Mirim, junto ao consórcio, a saber, coleta de Papanicolau: seiscentos e dezesseis procedimentos, quando nenhum dos outros cinco municípios integrantes do consórcio tinham contratado tal serviço; Eletrocardiograma: cento e setenta e nove procedimentos, quando apenas um ECG tinha sido contratado dentre os cinco municípios integrantes do consórcio; laudo para ECG: mil, quatrocentos e oitenta e cinco procedimentos, quando nenhum dos outros cinco municípios integrantes do consórcio tinham contratado tal serviço; pequena cirurgia: setecentos e oitenta e sete procedimentos, quando nenhum dos outros cinco municípios, integrantes do consórcio, tinham contratado tal serviço; e retirada de cerúmen, a cera do ouvido: quatrocentos e trinta e dois procedimentos, quando nenhum dos outros cinco municípios, integrantes do consórcio, tinham contratado tal serviço. “O que percebi é que está ocorrendo uma privatização escancarada do SUS em Mogi Mirim, através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, pois atos médicos, ou de enfermagem, de baixa complexidade técnica, que já eram realizados, há décadas, pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, estão sendo contratados de particulares, através do consórcio”, denunciou. Disse ainda, que existiam dois agravantes, porque dos seis municípios integrantes do consórcio, somente Mogi Mirim estava contratando os atos de baixa complexidade e tais contratações feriam a Lei Municipal, de criação do consórcio, e o seu protocolo de intenções, os quais previam a união dos municípios, para contratação de serviços de média e alta complexidade, pois cada município, isoladamente, não possuía condições de tal provimento, haja vista serem exames muito custosos. “Espero que, diante deste requerimento, o Secretário Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde e o Tribunal de Contas



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Estado venham corrigir tais falhas, porque o que observamos, cada vez mais, é o desmantelamento de todo o trabalho da área da saúde, haja vista que os atos de menor complexidade devem ser feitos pelo próprio Município e não é isto, infelizmente, que estamos constatando, e eu lembro aos Pares, que todas as contratações são feitas com dinheiro público, então, não é à toa que o Prefeito deseja privatizar o serviço, passando as UBSs para a responsabilidade do consórcio e justificando ser esta, apenas uma questão preventiva, quando sabemos que, no passado, tais atos sempre foram executados por médicos, ou técnicos municipais concursados, e tudo funcionava muito bem”, destacou. Para finalizar, abordando a questão do novo organograma, a Vereadora solicitou, verbalmente, fosse constituída comissão para discutir, junto ao Ministério Público, a liminar concedida pelo Tribunal de Justiça, bem como o novo organograma, o que lhe foi negado, pela Presidência da Casa, com base no disposto no Artigo 60, *caput*, do Regimento Interno. Como o próximo inscrito, Vereador Leonardo David Zaniboni, desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que também discorreu sobre o Consórcio Intermunicipal de Saúde, afirmando que a manifestação da Vereadora Luzia Nogueira tinha seu total apoio; que ela, oradora, fazia parte da Comissão Especial para acompanhamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde ‘8 de Abril’ – CONSAUDE; que o consórcio não estava respondendo as indagações feitas pela Comissão Especial, que perguntava pelas atas das reuniões e ainda, de que modo eram feitas as nomeações; que detinha informações de que os prefeitos dos demais municípios, parceiros integrantes do consórcio, não estavam satisfeitos com a postura adotada pelo Presidente do Consórcio, o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Stupp; que os municípios vizinhos estavam acompanhando, com muita preocupação, a forma como Mogi Mirim estava agindo dentro da associação; que existia um fundo do consórcio, onde os município eram parceiros entre si, e Mogi Mirim estava destoando com seu



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

procedimento; que existia um gasto enorme e um desmantelamento do serviço público municipal de saúde, algo que muito lhe preocupava; que o Presidente da Comissão Especial para acompanhamento das atividades do consórcio, Vereador Waldemar Marcurio, também já havia se posicionado, que havia uma manifestação, por todos assinada, porque o consórcio não respondia os questionamentos feitos pela comissão e que, na próxima reunião agendada pela comissão, existiriam muitos assuntos para serem discutidos, porque Mogi Mirim não estava se portando a contento, corretamente, frente aos outros municípios associados, algo muito grave. Finalizou sua participação. Na sequência, como a Vereadora Dayane Amaro Costa, inscrita, desistisse da palavra, fez uso da mesma, o Vereador Laércio Rocha Pires, que agradeceu aos companheiros a rejeição do Parecer Desfavorável da CJR ao Projeto de Lei nº 127/2013, de sua autoria. Posto isto, fez uso da tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, de início, destacou a figura do Gerente de Esportes, Dirceu Paulino, que estivera presente nas galerias, salientando que o gerente tinha profundo envolvimento com o esporte. Depois, disse que o Presidente do PT, Ernani Gragnanello, devia ser contrário ao esporte, porque não defendia a prática esportiva, quando todos sabiam que o esporte era uma forma de retirar crianças e adolescentes das ruas, da desocupação, fazendo com que se distanciassem das drogas e más condutas. “Fiquei pasma em saber que o atual Presidente do PT é contrário à criação da Secretaria Municipal de Esportes, mas Dirceu Paulino, independente da situação de hoje, pode contar com o meu apoio e registro ainda, que respeito sua pessoa”, frisou, encerrando seu discurso. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que parabenizou todos os professores pelo Dia do Professor, comemoração do dia 15 de outubro, dizendo que também era professora e que tinha muito respeito pela profissão. “Quero deixar meu abraço carinhoso para todos os professores, também sou professora, tenho orgulho de minha profissão, já passei por muitas fases e cargos na área



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

educacional, mas ser professor é o mais gratificante, as crianças são o alimento para a alma, cada avanço do aluno é uma satisfação para o professor e eu entendo que o professor precisa receber um salário digno, mas não faço luto pelo Dia do Professor, pelo contrário, felicito, porque os professores demonstram garra e fibra, que só quem está na profissão tem noção de como é, o contato diário, ensinando aos seres humanos, logo, não existe salário à altura de ensinar uma criança, e deixo um beijo especial para o professor Flávio Citelli, que além de professor é escritor”, acentuou. “Com relação às UBSs de Mogi Mirim, eu gostaria de avisar que, infelizmente, nós temos na cidade pessoas mal intencionadas, que desejam destruir o Governo Gustavo Stupp, porque fazem invenções sobre o governo, sem argumento algum, e, ao contrário do que andam espalhando, de que serão fechadas, comunico que as UBSs não serão fechadas, mas sofrerão uma alteração na gestão, cuja principal função é a da melhoria no atendimento direto à população, portanto, trata-se de uma nova forma de atendimento nos bairros, sem necessidade de se ir ao centro da cidade, atrás de um médico; será um verdadeiro choque de gestão mesmo e a população verá a diferença que é ter a saúde no próprio bairro, então, peço à população que não dê ibope para boatos, o que estão espalhando são inverdades”, discursou, por fim, a Vereadora do PR. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares que, de início, parabenizou os times de futebol Vila Dias e Novacoop, finalistas do Campeonato de Futebol Amador de Mogi Mirim, desejando que vencesse o melhor. Também parabenizou a comunidade católica da zona leste, pela instalação da Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, na Vila Dias, fato que se deu durante o final de semana, recordando a todos, que o trabalho de pastoral, para edificação desta paróquia, havia tido início há cinquenta anos, com Frei Antônio Alves da Costa TOR, passando, posteriormente, pelas mãos de Frei Jair Roberto Pasqualli TOR e Frei Rogério de Souza Correia TOR e, quando finalmente instalada, tornou-se seu primeiro pároco o Padre Veríssimo Simbinelli. Depois o Vereador comentou a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

respeito das proposituras que havia apresentado, destacando várias indicações para operações ‘tapa buracos’ e limpeza na zona leste, bem como solicitou estudos, visando a elaboração de um plano emergencial de segurança, para as proximidades de creches e escolas municipais, com o objetivo de uma melhor fiscalização. O Vereador também parabenizou a Mesa Diretiva e a Direção Geral da Câmara, que determinou a realização do Curso de Libras – Linguagem de Sinais, para todos os funcionários e vereadores, afirmando que ele, Vereador Luís Roberto, participaria das aulas e convidou a todos, para fizessem o mesmo. Por fim, sobre o novo organograma da Prefeitura de Mogi Mirim, o Vereador do PSDB disse que, certamente, estudaria a matéria, mas que se preocupava com a necessidade de uma rápida solução, porque a Prefeitura deveria estar apta e pronta, para a prestação de serviços, quando da regularização do Parque das Laranjeiras, ato que precisava acontecer em até dois meses e meio. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antonio Guarnieri, que parabenizou os professores pelo transcurso da efeméride, acrescentando que o professor, no Brasil, enfrentava inúmeras batalhas, não só no tocante à transmissão do conhecimento e à violência dentro das escolas, mas também, porque o professor fazia o trabalho que ao pai e à mãe caberia, ou seja, o de educar, pois os verdadeiros princípios deveriam ser repassados dentro de casa, no seio familiar. “Talvez o grande responsável por esta situação sejamos nós mesmos, porque nós viemos de uma educação rígida, onde tudo era controlado e, de repente, nós não colocamos limites para nossos filhos e, desta forma, a nova geração passa a confundir liberdade com libertinagem, logo, antes de cobrarmos dos nossos professores, precisamos mudar a conduta dentro de casa, orientando nossos filhos de maneira correta”, ponderou. Disse que, infelizmente, era difícil vislumbrar o futuro, diante da geração que, agora, frequentava a escola e que, era necessário devolver ao professor os direitos que um dia ele tivera, tais como, o direito de um salário digno; o direito de repreender um aluno; o direito de expulsar o mau aluno de dentro da sala



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

de aula e lhe dar a suspensão; o direito de fazer o Boletim de Ocorrência, coisa que a administração negava aos seus diretores; e o direito da autoridade na escola, posto que, a partir disso, a educação exemplar seria algo real, nas escolas particulares e públicas. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Jorge Setoguchi, que também cumprimentou os professores pelo transcurso da data comemorativa, em 15 de outubro, destacando que a educação era a base para o desenvolvimento do país, porque, pelo conhecimento adquirido, era possível ao homem melhorar todos os setores da vida cotidiana, tais como, a segurança e a saúde, por exemplo. Parabenizou todos os professores e encerrou sua participação. O próximo orador inscrito foi o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que teceu elogios ao Prefeito Gustavo Stupp, parabenizando-o, bem como ao Secretário de Obras e Planejamento, Wilson Rogério, e ao Assessor do Executivo, Wagner Davanço, pela pavimentação executada no Distrito Industrial, especificamente na Avenida Caetano Schincariol, onde há muito se esperava tal melhoramento. “Foi uma luta, os empresários passaram muito tempo esperando pelo asfaltamento, que o Prefeito Gustavo Stupp, finalmente, conseguiu realizar”, declarou, concluindo seu discurso, não sem antes parabenizar todos os professores pela efeméride do Dia do Professor. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Benedito José do Couto, que relatou a respeito de agenda que tivera com o deputado Chico Sardelli, PV/SP, para solicitar ao deputado recursos financeiros, em nome da Associação Beneficente José Teixeira Machado – ABITEM, entidade que realizava um trabalho de resgate social, através da atividade musical e instrumentalização, bem como comunicou, que estivera na Secretaria Estadual da Cultura, procurando firmar um convênio desta, com a associação. Por fim, parabenizou todos os professores, pelo Dia do Professor,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

dizendo que tais profissionais eram verdadeiros heróis. Retomou a direção dos trabalhos o Vereador Benedito José do Couto. Como os próximos inscritos, Vereadores Cinoê Duzo e Osvaldo Quaglio, desistissem da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, a nobre Edil Luzia Cristina C. Nogueira, que se dirigiu à Vereadora Márcia Róttoli Masotti, para lhe responder, destacando que sua fala tivera embasamento num balanço, à disposição de todos, prestação de contas dos serviços gastos, desde fevereiro de 2013 até julho de 2013, e ainda, quanto à questão das UBSs, disse que não estava inventando e que, em nenhum momento havia dito que seriam fechadas. “Durante duas semanas, o Prefeito Gustavo Stupp falou sobre o modelo de saúde que ele quer implantar e, neste modelo, ele deixou bem claro, que ele vai privatizar as onze UBSs, levando para o consórcio, e que elas vão atuar, exclusivamente, na área da prevenção, então, não fui eu quem falou, e a população, que leu tal assunto nos jornais da semana passada e retrasada, sabe que eu não menti, porque ele falou, para a imprensa e não penso que a imprensa tenha inventado”, destacou, finalizando. A seguir, solicitou a palavra como Líder, artigo 98 do RI, a Vereadora Dayane Amaro Costa que, de início, parabenizou todos os professores pela passagem do Dia do Professor, afirmando que a profissão era de grande valor para a sociedade. Na sequência, falou sobre as estatísticas do câncer de pele no Município, relatando, após pesquisa, que verificara um aumento no número de casos, de modo gradativo, e que, era grande a incidência da doença no Município e ela não observava, por parte da administração, qualquer campanha de conscientização relacionada ao tema. Elencou a incidência nos últimos três anos, a saber, em 2010, trinta e oito casos; em 2011, cinquenta casos; em 2012, quarenta e quatro casos e, em 2013, até o presente momento, quarenta e três casos, e que, tais dados demonstravam a necessidade de políticas públicas de saúde e campanhas voltadas à conscientização da população, sobre os perigos da doença e seus vários tipos. Agradeceu e encerrou seu discurso. Para treplicar, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Masotti, que se dirigiu à Vereadora Luzia Nogueira, desde logo, dizendo que ela não havia citado o nome da colega em seu discurso sobre as UBSs e afirmando que o Prefeito não fecharia as UBSs, bem como repetindo que haveria um choque de gestão, uma mudança no comando das UBSs, e também, alteração na nomenclatura das UBSs, tudo isso, objetivando um melhor atendimento, e que, tal propósito do Chefe do Executivo vinha desde os tempos da campanha eleitoral. Ponderou que a descentralização dos serviços de saúde era uma discussão da coligação de partidos, ocorrida durante a campanha, quando ficara nítida a grande necessidade da população, de ser atendida nos próprios bairros, que o Prefeito estava, então, cumprindo uma promessa de campanha, propiciando uma saúde digna para todos os mogimirianos, e que, uma equipe técnica trabalhava nesse sentido, para que a nova postura fosse implantada o mais rápido possível. “O objetivo é atender o munícipe, no seu bairro, e quando eu mencionei as pessoas mal intencionadas, não citei nomes, e quem foram essas pessoas não tenho conhecimento”, verbalizou, concluindo seu discurso. Nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h35, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM